

Projeto de Lei Nº 2785, de 14 de julho de 2022.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ART. 76 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. É autorizado o Poder Executivo Municipal nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal, art. 76 da Lei Orgânica Municipal e os arts. 195 a 198 da Lei Municipal nº 270/90, de 21.12.90, a realizar processo seletivo simplificado e contratar, para atender necessidade temporária, de excepcional interesse público, pelo período de até 01 (um) ano a contar da assinatura do contrato de trabalho:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimento Básico
Fisioterapeuta	01 (uma)	30 horas	R\$ 3.998,00 (três mil quinhentos e novecentos e noventa e oito centavos).
Técnico em Enfermagem	04 (quatro)	40 horas	R\$ 1.965,79 (um mil e novecentos e sessenta e cinco

			reais e setenta e nove centavos).
Agente Comunitário de Saúde	04 (quatro) – Áreas: Bairros Meninos Deus, CEEE, Portão e Tabajara	40 horas	R\$ 1.498,43 (um mil e quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos).
Agente de Combate de Endemia	04 (quatro)	40 horas	R\$ 1.540,84 (um mil e quinhentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos).
Auxiliar de Saúde Bucal	01 (uma)	40 horas	R\$ 1.786,83 (um mil e setecentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos).
Farmacêutica	01 (uma)	40 horas	R\$ 6.111,42 (seis mil e cento e onze reais e quarenta e dois centavos).
Nutricionista	01 (uma)	20 horas	R\$ 3.018,18 (três mil e dezoito reais e dezoito centavos).

Art. 2º. As atribuições dos cargos referidos nesta Lei serão as mesmas previstas na Lei Municipal 265/1990 para os cargos de provimento efetivo.

Art. 3º. Fica assegurado o direito ao adicional de insalubridade pelo desempenho de atividades que haja exposição à agente nocivo à saúde conforme previsão no LTIP.

Art. 4º. É expressamente vedado o pagamento pelo desempenho de serviços extraordinários.

Art. 5º. Os contratos de que trata esta Lei serão de natureza administrativa, com possibilidade de resilição por parte do Município, dispensada a realização de aviso prévio.

Art 6º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias específicas.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salto do Jacuí, 14 de Julho de 2022.

Ronaldo Olímpio Pereira de Moraes
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Senhora Presidente

Nobres Vereadores

Encaminhamos o presente Projeto de Lei que prevê a contratação emergencial de profissionais para atender a demanda das Secretarias Municipais de Saúde e Educação.

Com relação aos profissionais para ocuparem os cargos na área da saúde, seguem em anexo, justificativa apresentada pela referida pasta pontuando as razões e os motivos que objetivam tais contratações (Anexo 1).

Da mesma forma, a Secretaria Municipal de Educação apresentou justificativa para as suas contratações, conforme Anexo 2.

Assim, a propositura do presente Projeto de Lei visa reforçar as equipes profissionais de saúde e educação de prestar serviços de forma contínua e de qualidade, sendo, desse modo, de EXTREMA URGÊNCIA a aprovação deste Projeto, sob pena de haver desatendimento e/ou desassistência aos alunos atendimento na rede municipal de ensino.

Diante do exposto, encaminhamos o presente para análise e aprovação dos Nobres Edis.

Salto do Jacuí, 14 de Julho de 2022.

Ronaldo Olímpio Pereira de Moraes

Prefeito Municipal